



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITO HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N.º , DE 2021

(Das Sras. Professora Rosa Neide e Joênia Wapichana e Dos Srs. Airton Faleiro e José Ricardo)

Requer a realização de audiência pública conjunta com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, para tratar da denúncia feita pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI à Polícia Federal, contra lideranças indígenas; Sônia Guajajara, Almir Suruí, da Articulação dos Povos Indígenas – ABIP e da Associação Metereilá do povo Suruí, sob acusação de difamação do Governo Federal.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exa., ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública conjunta com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, para tratar da denúncia feita pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI à Polícia Federal, contra lideranças indígenas; Sônia Guajajara, Almir Suruí, da Articulação dos Povos Indígenas – ABIP e da Associação Metereilá do povo Suruí, sob acusação de difamação do Governo Federal.

Para a realização da reunião, solicitamos a participação das seguintes representações:

- Representação do Ministério da Justiça
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Representante da Polícia Federal
- Ministério Público Federal – 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais
- Articulação dos Povos Indígenas – APIB
- Representante da Associação Metereilá do povo Surui

JUSTIFICATIVA

A audiência pública a qual solicitamos mostre-se imperativa no sentido do necessário diálogo e transparência com este Parlamento, representante do povo brasileiro, sobre a atuação do Governo Federal que vem buscando encontrar mecanismos para intimidar e, de certa forma, censurar as lideranças e representações que possuem e tecem críticas aos desmandos do Poder Executivo.

A intimação desta feita teria origem em denúncia feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que acusa os Líderes indígena Sônia Guajajara, Almir Suruí e a Articulação dos Povos Indígenas - Apib de difamar o Governo Federal com a websérie Maracá.

A websérie tão somente denuncia violações de direitos cometidas contra povos indígenas na pandemia, onde, como resultado desta política, mais de 50% dos povos foram diretamente atingidos, com mais 27 mil indígenas contaminados pelo vírus.

Neste sentido, reproduzimos aqui a nota da Apib em que manifesta posicionamento contra as ações orquestradas pelo Governo Federal e expressam nossos sentimentos em relação a essa perigosa situação:

"O Governo Federal mais uma vez tenta criminalizar o movimento indígena, intimidar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a nossa rede de organizações de base e uma das coordenadoras executivas da Apib, a liderança Sonia Guajajara, em um ato de perseguição política e racista.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Rosa Neide e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210593965200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Durante o mês da maior mobilização indígena do Brasil e na semana seguinte da reunião da 'Cúpula do Clima', a Polícia Federal intimou Sonia, no dia 26 de abril para depor em um inquérito provocado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O órgão cuja missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos do Brasil acusa a Apib de difamar o Governo Federal com a web-série "Maracá", que denuncia violações de direitos cometidas contra os povos indígenas no contexto da pandemia da Covid-19. Denúncias essas que já foram reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) através da ADPF 709.

Os discursos carregados de racismo e ódio do Governo Federal estimulam violações contra nossas comunidades e paralisa as ações do Estado que deveriam promover assistência, proteção e garantias de direitos. E agora, o Governo busca intimidar os povos indígenas em uma nítida tentativa de cercear nossa liberdade de expressão, que é a ferramenta mais importante para denunciar as violações de direitos humanos. Atualmente mais da metade dos povos indígenas foram diretamente atingidos pela Covid-19, com mais de 53 mil casos confirmados e 1059 mortos.

Não irão prender nossos corpos e jamais calarão nossas vozes. Seguiremos lutando pela defesa dos direitos fundamentais dos povos indígenas e pela vida!"

Pelo exposto, apresentamos este Requerimento para criarmos espaço a fim de que o Ministério da Justiça, e às instituições sob sua responsabilidade, Funai, Polícia Federal, bem como o Ministério Público Federal e as entidades da sociedade civil denunciadas, nas figuras de seus representantes, compareçam à Câmara dos Deputados, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para explicar o desvio de sua função, constituindo num ato intimidatório, que caracteriza mais um ato autoritário do Governo Bolsonaro.

Sala das Comissões, de maio de 2021.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE

Deputada JOÊNIA WAPICHANA

Deputado AIRTON FALEIRO

Deputado JOSÉ RICARDO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Rosa Neide e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210593965200>



* CD 210593965200 *



Requerimento

(Da Sra. Professora Rosa Neide)

Requer a realização de audiência pública conjunta com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, para tratar da denúncia feita pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI à Polícia Federal, contra lideranças indígenas; Sônia Guajajara, Almir Suruí, da Articulação dos Povos Indígenas – ABIP e da Associação Metereilá do povo Suruí, sob acusação de difamação do Governo Federal.

Assinaram eletronicamente o documento CD210593965200, nesta ordem:

- 1 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 2 Dep. Airton Faleiro (PT/PA)
- 3 Dep. José Ricardo (PT/AM)

